



TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA – CONSULTOR POR PRODUTO –

TOR/xxxx/ Nº /2025

1. PROJETO

OEI/BRA/21/002 - Melhoria da qualidade da educação no Brasil por meio do fortalecimento institucional do FNDE em seu papel para o alcance das metas do PNE.

2. ENQUADRAMENTO

2.1 Resultado

Resultado 1.3: Métodos, técnicas e procedimentos de avaliação da implementação das Transferências Discricionárias e Projetos pelos executores estaduais e municipais, formulados e testados visando identificar seu papel no alcance das metas do PNE 2014-2024 e propor subsídios para atuação do FNDE no próximo ciclo do PNE.

Atividade 1.3.2. Elaborar estudos com análise e revisão dos pontos críticos da execução identificados no diagnóstico, com indicação da existência de outras opções de modelo e/ou variáveis a serem adotadas na execução.

3. JUSTIFICATIVA

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, prorrogado até 31 de dezembro de 2025, estabelecido pela Lei Nº 13.005/2014, apresenta diretrizes fundamentais para a melhoria da educação brasileira, incluindo a universalização do atendimento escolar, a superação das desigualdades educacionais e a melhoria da qualidade da educação. Dentre as metas estabelecidas, destaca-se a necessidade de ampliação e aprimoramento da infraestrutura escolar, uma condição essencial para garantir o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes na educação básica e superior.

No referido plano foram estabelecidas metas e estratégias que serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo Ministério da Educação e por outras instâncias. Neste contexto é importante destacar a utilização do Plano de Ações Articuladas - PAR como estratégia federal para o planejamento plurianual das políticas de educação em que os entes elaboram plano de trabalho, a fim de desenvolver ações que contribuam para a ampliação da oferta, permanência e melhoria das condições escolares, aprimoramento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de suas redes públicas de ensino, bem como o cumprimento das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.

Nesse contexto, é imprescindível o desenvolvimento de análises técnicas detalhadas que assegurem o cumprimento das metas e a eficiência dos investimentos públicos, incluindo a retomada de obras escolares, o monitoramento de recursos e a avaliação da execução de propostas oriundas do PAR2, PAR3, PAR4 e emendas parlamentares.

Além disso, o cenário atual evidencia desafios como a necessidade de:

- Monitorar e aprimorar os processos de repactuação e execução de obras escolares;
- Diagnosticar a tempestividade de repasses e a qualidade das vistorias realizadas in loco;
- Avaliar e propor melhorias nas ações de acompanhamento e controle de iniciativas financiadas com recursos federais;
- Garantir a compatibilidade técnica e orçamentária das propostas, considerando os critérios estabelecidos no âmbito do PNE.

Diante dessas demandas, torna-se essencial a contratação de consultores especialistas em engenharia ou arquitetura, que atuarão em atividades técnicas relacionadas à análise, diagnóstico e proposição de soluções para aprimorar a gestão e a execução de iniciativas de infraestrutura educacional. As atividades serão desenvolvidas no âmbito da Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional (CGIMP), da Coordenação-Geral Infraestrutura Educacional (CGEST) e Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (DIGAP).

Os consultores serão responsáveis por entregar produtos técnicos que subsidiem a tomada de decisão, promovam a eficiência na aplicação dos recursos públicos e contribuam para a melhoria da infraestrutura educacional em âmbito nacional. Essa contratação alinha-se aos princípios da economicidade e eficiência da administração pública, sendo essencial para o alcance das metas do PNE e a qualificação das políticas educacionais no Brasil.

4. OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Contratar consultores especializados em engenharia ou arquitetura para realizar avaliações técnicas, diagnósticos e proposições relacionadas à retomada de obras escolares, gestão de recursos do FNDE e execução de iniciativas do PAR e emendas parlamentares. As atividades visam aprimorar a eficiência dos investimentos públicos, garantir a compatibilidade com as metas do PNE e contribuir para a melhoria da infraestrutura educacional em âmbito nacional.

5. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS

Consultores 1 a 10 (CGIMP):

PRODUTO A:

Documento Técnico “A” contendo estudo avaliativo das ações e propostas provenientes do Pacto de Retomada de obras, realizando diagnóstico e estudo avaliativo da quantidade de solicitações aprovadas e confecção de sugestões de implementação de mecanismos relacionados ao monitoramento, controle e assistência técnica aos entes federados com termos repactuados.

Atividade 1: Levantar e analisar as solicitações aprovadas no Pacto de Retomada de obras, identificando quantitativos e status de execução.

Atividade 2: Realizar estudo avaliativo dos documentos encaminhados pelos municípios e estados ao FNDE, por intermédio dos Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle (SIMEC), propondo a adequação destes ao Pacto de retomada de obras, de maneira a subsidiar as demandas da equipe técnica do FNDE;

Atividade 3: Elaborar diagnóstico sobre os mecanismos de monitoramento, controle e assistência técnica aos entes federados com termos repactuados.

Atividade 4: Propor melhorias para o processo de repactuação, incluindo a implementação de novos mecanismos de gestão e suporte técnico.

Atividade 5: Realizar reuniões com as áreas técnicas, visando coletar informações, alinhar expectativas, discutir resultados parciais e validar propostas relacionadas às análises e diagnósticos realizados no produto.

PRODUTO B

Documento Técnico “B” contendo estudo avaliativo das ações alusivas às empresas de supervisão realizando diagnóstico e estudo avaliativo da quantidade e qualidade das vistorias realizadas in loco pelas empresas contratadas e confecção de sugestões de melhorias a serem implementadas nas ações relacionadas ao acompanhamento dos contratos com essas instituições.

Atividade 1: Analisar quantitativa e qualitativamente as vistorias realizadas in loco pelas empresas contratadas, identificando lacunas e inconsistências.

Atividade 2: Elaborar diagnóstico sobre a eficiência das ações de supervisão, apontando impactos no acompanhamento das obras.

Atividade 3: Propor melhorias nos processos de supervisão e gestão contratual, considerando critérios de eficiência e qualidade.

Atividade 4: Realizar reuniões com as áreas técnicas, visando coletar informações, alinhar expectativas, discutir resultados parciais e validar propostas relacionadas às análises e diagnósticos realizados no produto.

PRODUTO C

Documento Técnico “C” contendo estudo avaliativo das ações relativas ao repasse de recursos do FNDE aos entes federados contendo diagnóstico de tempestividade de análises de desembolso, efetivação do repasse, impacto da resolução 14/2024 nas análises e propostas de melhoria no processo.

Atividade 1: Realizar levantamento e análise da tempestividade das análises de desembolso e efetivação dos repasses financeiros.

Atividade 2: Avaliar o impacto da Resolução 14/2024 e demais legislações correlatas nos processos de repasse, identificando gargalos e potenciais melhorias.

Atividade 3: Propor ajustes e estratégias para otimizar o fluxo de análise e liberação de recursos aos entes federados.

Atividade 4: Realizar reuniões com as áreas técnicas, visando coletar informações, alinhar expectativas, discutir resultados parciais e validar propostas relacionadas às análises e diagnósticos realizados no produto.

PRODUTO D

Documento Técnico “D” contendo estudo avaliativo do quantitativo de obras concluídas nos últimos 2 anos, contendo diagnóstico de tempestividade e quantidade, realizando propostas de melhoria no monitoramento e na assistência técnica que visem a conclusão das obras.

Atividade 1: Levantar informações sobre a quantidade de obras concluídas, incluindo prazos e custos envolvidos.

Atividade 2: Realizar diagnóstico sobre os fatores que contribuíram ou dificultaram a conclusão das obras, destacando boas práticas e desafios.

Atividade 3: Elaborar propostas para aprimorar o monitoramento e a assistência técnica, garantindo a finalização de obras em andamento.

Atividade 4: Realizar reuniões com as áreas técnicas, visando coletar informações, alinhar expectativas, discutir resultados parciais e validar propostas relacionadas às análises e diagnósticos realizados no produto.

Consultores 11 a 22 (CGEST):

PRODUTO A

Documento Técnico “A” contendo estudo avaliativo das ações e propostas provenientes de emendas parlamentares cujo objeto contemple construções, reformas e/ou ampliações de Universidades não federais do Brasil e ainda relativas as propostas do PAR3 e PAR4 cujas demandas estejam tecnicamente aprovadas e com instrumento definitivo validado pelos gestores federativos.

Atividade 1: Mapear e sistematizar as propostas do PAR3 e PAR4 cujas demandas estejam tecnicamente aprovadas e com instrumento definitivo validado pelos gestores federativos.

Atividade 2: Realizar diagnóstico das demandas com instrumento definitivo validado pelos gestores federativos.

Atividade 3: Realizar reuniões com as áreas técnicas envolvidas para discutir a execução e eventuais entraves na implementação das iniciativas.

PRODUTO B

Documento Técnico “B” contendo estudo avaliativo das ações e propostas provenientes de emendas parlamentares cujo objeto contemple construções, reformas e/ou ampliações de Universidades não federais do Brasil e ainda relativas as propostas do PAR3 e PAR4 cujos empenhos não se encontram abaixo de 15% do valor da iniciativa para diagnóstico do impacto frente a tramitação do respectivo arquivamento da iniciativa.

Atividade 1: Mapear e sistematizar as propostas do PAR3 e PAR4 cujos empenhos não se encontram abaixo de 15% do valor da iniciativa.

Atividade 2: Realizar diagnóstico do impacto frente a tramitação do respectivo arquivamento da iniciativa, de maneira a subsidiar as demandas da equipe técnica do FNDE;

Atividade 3: Realizar reuniões com as áreas responsáveis para discutir o tema, coletar feedbacks e alinhar possíveis melhorias nos processos.

PRODUTO C

Documento Técnico “C” contendo estudo avaliativo das ações e propostas provenientes de emendas parlamentares cujo objeto contemple construções, reformas e/ou ampliações de Universidades não federais do Brasil e ainda relativas as propostas do PAR3 e PAR4 cujos instrumentos constam com cláusula suspensiva vencida, bem como estejam a vencer ou vencidos, para diagnóstico do impacto frente a tramitação do respectivo arquivamento da iniciativa e seus desdobramentos.

Atividade 1: Mapear e sistematizar as propostas do PAR3 e PAR4 cujos instrumentos constam com cláusula suspensiva vencida, bem como estejam a vencer ou vencidos.

Atividade 2: Diagnosticar os desdobramentos da tramitação de arquivamento dessas iniciativas e seus impactos.

Atividade 3: Realizar reuniões com as áreas responsáveis para discutir o tema, coletar feedbacks e alinhar possíveis melhorias nos processos.

PRODUTO D

Documento Técnico “D” contendo estudo avaliativo das ações e propostas provenientes de emendas parlamentares cujo objeto contemple construções, reformas e/ou ampliações de Universidades não federais do Brasil e ainda relativas as propostas do PAR3 e PAR4, cujos empenhos estejam destacados com valores acima de 15% do montante de cada iniciativa, para fins de análise técnica, deferimento e aprovação no âmbito do PAR3 e 4, visando o diagnóstico do impacto orçamentário.

Atividade 1: Mapear e sistematizar as propostas do PAR3 e PAR4 cujos empenhos estejam destacados com valores acima de 15% do valor de cada iniciativa.

Atividade 2: Avaliar a situação dessas iniciativas e a possibilidade de sua efetiva execução no âmbito do PAR3 e PAR4.

Atividade 3: Realizar reuniões com as áreas responsáveis para discutir o tema, coletar feedbacks e alinhar possíveis melhorias nos processos.

Consultor 23 (DIGAP):

PRODUTO A

Documento Técnico “A” contendo análise comparativa das principais dificuldades enfrentadas pelos municípios localizados na região do Marajó em relação aos demais entes federados, sobre as ações e procedimentos de monitoramento das obras que manifestaram adesão ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde (Lei nº 14.719/2023).

Atividade 1: Levantar e sistematizar dados sobre as ações e procedimentos de monitoramento das obras nos municípios do Marajó e demais entes federados.

Atividade 2: Identificar desafios específicos enfrentados pelos municípios do Marajó na adesão e execução do Pacto Nacional pela Retomada de Obras.

Atividade 3: Elaborar análise comparativa entre os municípios do Marajó e outros entes federados, destacando principais diferenças e dificuldades enfrentadas.

Atividade 4: Realizar reuniões com gestores locais e técnicos do FNDE para validar informações e coletar percepções sobre os desafios apontados.

PRODUTO B

Documento Técnico “B” contendo identificação de possíveis barreiras para conclusão das obras repactuadas na região do Marajó e propositura de ações que visem a execução dos objetos pactuados relacionadas ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde (Lei nº 14.719/2023).

Atividade 1: Mapear e categorizar os principais entraves enfrentados pelos municípios do Marajó na conclusão das obras repactuadas.

Atividade 2: Analisar a efetividade das estratégias adotadas para a execução dos objetos pactuados, identificando possíveis falhas e gargalos.

Atividade 3: Propor ações corretivas e estratégicas para acelerar a execução das obras, considerando aspectos técnicos, financeiros e administrativos.

Atividade 4: Promover reuniões com órgãos federais e municipais envolvidos para alinhamento das propostas de melhoria e implementação das soluções sugeridas.

PRODUTO C

Documento Técnico “C” contendo estudo de tempestividade e prazos de análises das obras do arquipélago do Marajó relacionadas ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde (Lei nº 14.719/2023), incluindo propostas de definição de critérios e melhorias no processo de retomada das obras no âmbito do Pacto.

Atividade 1: Levantar os prazos médios das análises realizadas pelo FNDE e pelos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Retomada de Obras.

Atividade 2: Identificar os principais fatores que impactam a tempestividade das análises das obras no arquipélago do Marajó.

Atividade 3: Elaborar diagnóstico detalhado das dificuldades enfrentadas na tramitação dos processos e liberação de recursos.

Atividade 4: Propor critérios para priorização das análises e medidas para otimizar os fluxos de trabalho e

reduzir os prazos de aprovação.

PRODUTO D

Documento Técnico “D” contendo estudo propositivo de ações que podem ser implementadas pelo FNDE no arquipélago do Marajó, referente as obras repactuadas do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde (Lei nº 14.719/2023).

Atividade 1: Analisar boas práticas e iniciativas adotadas em outras regiões para execução eficiente de obras repactuadas.

Atividade 2: Identificar oportunidades de atuação do FNDE para aprimorar o suporte técnico e operacional às obras no arquipélago do Marajó.

Atividade 3: Elaborar conjunto de recomendações estratégicas para a implementação de melhorias nos processos de monitoramento e assistência técnica.

Atividade 4: Organizar reuniões com atores institucionais para debater e validar as propostas de ações propositivas.

6. PRODUTOS OU RESULTADOS PREVISTOS

6.1 Consultores 1 a 10 (CGIMP)

Produto	Data de entrega	Valor do produto
Documento Técnico “A” contendo estudo avaliativo das ações e propostas provenientes do Pacto de Retomada de obras, realizando diagnóstico e estudo avaliativo da quantidade de solicitações aprovadas e confecção de sugestões de implementação de mecanismos relacionados ao monitoramento, controle e assistência técnica aos entes federados com termos repactuados.	40 dias após a assinatura do contrato	R\$ 17.395,50
Documento Técnico “B” contendo estudo avaliativo das ações alusivas às empresas de supervisão realizando diagnóstico e estudo avaliativo da quantidade e qualidade das vistorias realizadas <i>in loco</i> pelas empresas contratadas e confecção de sugestões de melhorias a serem implementadas nas ações relacionadas ao acompanhamento dos contratos com essas instituições.	105 dias após a assinatura do contrato	R\$ 17.395,50
Documento Técnico “C” contendo estudo avaliativo das ações relativas ao repasse de recursos do FNDE aos entes federados contendo diagnóstico de tempestividade de análises de desembolso, efetivação do repasse, impacto da resolução 14/2024 nas análises e propostas de melhoria no processo.	165 dias após a assinatura do contrato	R\$ 17.395,50
Documento Técnico “D” contendo estudo avaliativo do quantitativo de obras concluídas nos últimos 2 anos, contendo diagnóstico de tempestividade e quantidade, realizando propostas de melhoria no monitoramento e na assistência técnica que visem a conclusão das obras.	220 dias após a assinatura do contrato	R\$ 17.395,50
Valor total do contrato por consultor		R\$ 69.582,00

Cada contrato terá a seguinte distribuição dos produtos por Estados da Federação, considerando que essa alocação possibilita a estratificação dos dados e a produção de estudos avaliativos regionais, assegurando que os produtos desenvolvidos reflitam as especificidades locais. Essa segmentação se torna ainda mais relevante quando consideramos as diferenças estruturais e operacionais entre as regiões do Brasil, principalmente em estados com maior complexidade no andamento das obras e na execução dos recursos.

Cabe destacar que o agrupamento por Estado também garante maior coerência na análise dos impactos e na proposição de melhorias nos mecanismos de monitoramento, controle e assistência técnica aos entes federados.

Consultor 01/contratado 1	Amazonas (AM), Acre (AC) e Mato Grosso do Sul (MS)
Consultor 02/contratado 2	Tocantins (TO), Goiás (GO) e Distrito Federal (DF)
Consultor 03/contratado 3	Ceará (CE) e Pernambuco (PE)
Consultor 04/contratado 4	Santa Catarina (SC), Roraima (RR) Espírito Santo (ES) Rio Grande do Norte (RN)
Consultor 05/contratado 5	Rondônia (RO) Alagoas (AL) Mato Grosso (MT)
Consultor 06/contratado 6	Sergipe (SE) Paraíba (PB) Paraná (PR)
Consultor 07/contratado 7	São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ)
Consultor 08/contratado 8	Bahia (BA) e Piauí (PI)
Consultor 09/contratado 9	Rio Grande do Sul (RS) Amapá (AP) Pará (PA)
Consultor 10/contratado 10	Minas Gerais (MG)

6.2. Consultores 11 a 22 CGEST

Produto	Data de entrega	Valor do produto
Documento Técnico “A” contendo estudo avaliativo das ações e propostas provenientes de emendas parlamentares cujo objeto contemple construções, reformas e/ou ampliações de Universidades não federais do Brasil e ainda relativas as propostas do PAR3 e PAR4 cujas demandas estejam tecnicamente aprovadas e com instrumento definitivo validado pelos gestores federativos.	40 dias após a assinatura do contrato	R\$ 17.395,50
Documento Técnico “B” contendo estudo avaliativo das ações e propostas provenientes de emendas parlamentares cujo objeto contemple construções, reformas e/ou ampliações de Universidades não federais do Brasil e ainda relativas as propostas do PAR3 e PAR4 cujos empenhos não se encontram abaixo de 15% do valor da iniciativa para diagnóstico do impacto frente a tramitação do respectivo arquivamento da iniciativa.	105 dias após a assinatura do contrato	R\$ 17.395,50
Documento Técnico “C” contendo estudo avaliativo das ações e propostas provenientes de emendas parlamentares cujo objeto contemple construções, reformas e/ou ampliações de Universidades não federais do Brasil e ainda relativas as propostas do PAR3 e PAR4 cujos instrumentos constam com cláusula suspensiva vencida, bem como estejam a vencer ou vencidos, para diagnóstico do impacto frente a tramitação do respectivo arquivamento da iniciativa e seus desdobramentos.	165 dias após a assinatura do contrato	R\$ 17.395,50

Produto	Data de entrega	Valor do produto
Documento Técnico “D” contendo estudo avaliativo das ações e propostas provenientes de emendas parlamentares cujo objeto contemple construções, reformas e/ou ampliações de Universidades não federais do Brasil e ainda relativas as propostas do PAR3 e PAR4 cujos empenhos estejam destacados com valores acima de 15% do valor de cada iniciativa para fins de que possam ser analisadas tecnicamente, deferidas e aprovadas no âmbito do PAR3 e 4, para diagnóstico do impacto orçamentário.	220 dias após a assinatura do contrato	R\$ 17.395,50
Valor total do contrato por consultor		R\$ 69.582,00

Cada contrato terá a seguinte distribuição dos produtos por Estados da Federação, considerando que essa alocação possibilita a estratificação dos dados e a produção de estudos avaliativos regionais, assegurando que os produtos desenvolvidos reflitam as especificidades locais. Essa segmentação se torna ainda mais relevante quando consideramos as diferenças estruturais e operacionais entre as regiões do Brasil, principalmente em estados com maior complexidade no andamento das obras e na execução dos recursos.

Cabe destacar que o agrupamento por Estado também garante maior coerência na análise dos impactos e na proposição de melhorias nos mecanismos de monitoramento, controle e assistência técnica aos entes federados

Consultor 11/contratado 11	AC e AP
Consultor 12/contratado 12	RO e AM
Consultor 13/contratado 13	MA, TO e MT
Consultor 14/contratado 14	PI e CE
Consultor 15/contratado 15	PB, PE e AL
Consultor 16/contratado 16	SE e BA
Consultor 17/contratado 17	GO e MS
Consultor 18/contratado 18	ES e RJ
Consultor 19/contratado 19	SP e PR
Consultor 20/contratado 20	MG e SC
Consultor 21/contratado 21	RS e RN
Consultor 22/contratado 22	RR e PA

6.3 Consultor 23 (DIGAP)

Produto	Data de entrega	Valor do produto
Documento Técnico “A” contendo análise comparativa das principais dificuldades enfrentadas pelos municípios localizados na região do Marajó em relação aos demais entes federados, sobre as ações e procedimentos de monitoramento das obras que manifestaram adesão ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde (Lei nº 14.719/2023).	40 dias após a assinatura do contrato	R\$ 17.395,50

Produto	Data de entrega	Valor do produto
Documento Técnico “B” contendo identificação de possíveis barreiras para conclusão das obras repactuadas na região do Marajó e propositura de ações que visem a execução dos objetos pactuados relacionadas ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde (Lei nº 14.719/2023).	105 dias após a assinatura do contrato	R\$ 17.395,50
Documento Técnico “C” contendo estudo de tempestividade e prazos de análises das obras do arquipélago do Marajó relacionadas ao Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde (Lei nº 14.719/2023), incluindo propostas de definição de critérios e melhorias no processo de retomada das obras no âmbito do Pacto.	165 dias após a assinatura do contrato	R\$ 17.395,50
Documento Técnico “D” contendo estudo propositivo de ações que podem ser implementadas pelo FNDE no arquipélago do Marajó, referente as obras repactuadas do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde (Lei nº 14.719/2023).	220 dias após a assinatura do contrato	R\$ 17.395,50
Valor total do contrato por consultor		R\$ 69.582,00

7. REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO

a. Formação acadêmica

a.1 Requisito obrigatório: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso de graduação em Arquitetura ou Engenharia Civil, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

a.2 Requisito obrigatório: Certificado de Pós-Graduação (especialização, mestrado ou doutorado) na área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.

b. Experiência profissional

b.1 Requisito obrigatório: Experiência profissional mínima de 02 (dois) anos em atividades de análise e compatibilização de projetos de engenharia ou arquitetura e/ou monitoramento e/ou fiscalização e/ou acompanhamento de obras, no âmbito público ou privado, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.

b.2 Requisito desejável: Experiência profissional mínima comprovada de 02 (dois) anos em usabilidade dos sistemas informatizados de gestão de monitoramento de programas ou projetos, preferencialmente, no Governo Federal.

8. PROCESSO SELETIVO

8.1 A seleção será conduzida por comissão específica, a qual será formada, preferencialmente, por, no mínimo, 3 (três) participantes, sendo 2 (dois) servidores do FNDE, e um representante da coordenação do Organismo Internacional.

8.2 O Processo Seletivo se dará em Brasília e os custos de transporte, hospedagem e alimentação, se necessários, serão de responsabilidade do candidato. A critério da Comissão de Seleção, a etapa de entrevista poderá ocorrer por videoconferência ou ligação telefônica.

8.3 A participação no processo seletivo implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital.

8.4 A contratação será efetuada mediante processo seletivo, composto por 3 (três) etapas:

8.4.1 PRIMEIRA ETAPA

O candidato deverá cadastrar seu currículo na plataforma da OEI <https://oei.org.br/curriculo/> e se candidatar para a seleção específica.

Serão eliminados os currículos que não atenderem integralmente aos requisitos obrigatórios exigidos quanto à formação acadêmica e experiência profissional, bem como os currículos enviados fora das datas de inscrição;

Nesta etapa, será aferida pontuação para os currículos inscritos que atenderem aos requisitos obrigatórios. Os currículos serão distribuídos de acordo com o perfil profissional do candidato, conforme exigido neste Termo de Referência;

A pontuação desta etapa (PC) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Formação Acadêmica e Experiência Profissional;

O total de pontos recebidos nesta etapa (PC) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato. PT (Pontuação Total) = PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista);

A análise curricular valerá 80 (oitenta) pontos, que serão distribuídos conforme o Item “9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO” deste edital.

8.4.2 SEGUNDA ETAPA

Participarão da fase das entrevistas os candidatos que obtiverem a maior pontuação na etapa da análise curricular. Serão entrevistados, no máximo, o triplo de candidatos em relação ao número de vagas ofertadas; salvo se houver empate entre os últimos colocados, caso em que poderão ser convocados candidatos que ultrapassem 03 (três) vezes o número de vagas;

A habilitação para o candidato seguir para a etapa de entrevista é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70% da pontuação referente à análise do currículo, ou seja, no mínimo 56 pontos;

A entrevista valerá 20 (vinte) pontos, os quais serão somados ao total obtido pelo candidato na fase de pontuação do currículo;

A pontuação desta etapa (PE) será atribuída conforme estipulado no item “Critérios de avaliação” – Entrevista;

O total de pontos recebidos nesta etapa (PE) irá compor a pontuação total recebida pelo candidato: PT (Pontuação Total) = PC (Pontuação de Currículo) + PE (Pontuação de Entrevista);

Poderá ser aplicada avaliação para mensurar o conhecimento do candidato;

A Comissão avaliará, dentre outros, o domínio do candidato em relação ao objeto da consultoria, sua desenvoltura na articulação de temas e ideias, o conhecimento técnico, fluência verbal, assertividade, clareza e objetividade na exposição de ideias e argumentos, bom relacionamento interpessoal, assim como a capacidade para trabalho em equipe. Além disso, será observado o interesse especial no trabalho desenvolvido pelo FNDE/MEC, no tocante às políticas de melhoria da educação nacional.

8.4.3 TERCEIRA ETAPA

Os candidatos que obtiverem a maior nota na soma dos pontos obtidos nas etapas PE e PC, serão pré-selecionados para a consultoria, no limite do número de vagas;

A habilitação para fins de contratação é caracterizada pelo alcance de, no mínimo, 70 pontos do total somados nas etapas de Análise curricular + Entrevista;

Os candidatos serão convocados por e-mail a manifestar interesse na vaga e apresentar a documentação pessoal e comprobatória, no prazo estipulado pela Comissão de Seleção;

O candidato deverá apresentar documentos comprobatórios da “Qualificação Profissional”, “Experiência Profissional” e dos “Requisitos Desejáveis”, conforme item “Requisitos de Qualificação” deste edital.

A experiência profissional poderá ser comprovada, também, por meio de declaração devidamente assinada por profissional competente da empresa onde prestou o serviço ou por meio de apresentação de contrato de trabalho;

Deverão ser apresentados, na mesma oportunidade, documentos pessoais (cópia simples ou original do CPF, RG, comprovante de residência e dados bancários), bem como outros documentos que possam vir a ser solicitados pela comissão;

Caso não haja a apresentação da documentação no prazo estipulado, o candidato será considerado desistente e o candidato subsequente poderá ser convocado;

Caso a documentação do candidato indique restrições, de caráter legal ou não, que comprometam o desenvolvimento da consultoria, esse será eliminado e o candidato subsequente poderá ser convocado;

Caso o candidato não apresente a totalidade dos documentos, ou esses não comprovem satisfatoriamente as experiências, a pontuação individual será revista, alterando sua colocação no ranking geral, de modo que o candidato subsequente poderá ser convocado;

Caso o candidato não apresente documentação comprobatória dos requisitos obrigatórios previstos neste edital, será desclassificado e o candidato subsequente poderá ser convocado.

Caso ocorra desistência do candidato convocado, este fato deverá ser formalizado e enviado ao e-mail prododdigap@fnde.gov.br;

9. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

9.1- Análise curricular (Pontuação Máxima – 80 pontos)

Qualificação e Experiência do Candidato				
1	Qualificação do candidato	É <u>obrigatório</u> Diploma devidamente registrado de conclusão de curso de graduação em Arquitetura ou Engenharia Civil fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC. É <u>obrigatório</u> Pós-Graduação (especialização, mestrado ou doutorado) na área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC.	[100%] 10 pontos: Mestrado ou Doutorado; [90%] 9 pontos: Pós-graduação em nível de Especialização. [80%] 8 pontos: Pós-graduação em nível de Especialização.	10

2	Experiência do candidato	<u>Obrigatória</u> a Experiência profissional mínima de 02 (dois) anos em atividades de análise e compatibilização de projetos de engenharia ou arquitetura e/ou monitoramento e/ou fiscalização e/ou acompanhamento de obras, no âmbito público ou privado, comprovada por meio de carteira de trabalho e/ou documentos que atestem o requisito solicitado.	[100%] 35 pontos: acima de 4 anos de experiência [85%] 29,75 pontos: acima de 3 e até 4 anos de experiência [70%] 24,50 pontos: acima de 2 e até 3 anos de experiência	35
		É <u>desejável</u> a Experiência profissional mínima comprovada de 02 (dois) anos em usabilidade dos sistemas informatizados de gestão de monitoramento de programas ou projetos, preferencialmente, no Governo Federal	[100%] 35 pontos: acima de 4 anos de experiência [85%] 29,75 pontos: acima de 3 e até 4 anos de experiência [70%] 24,50 pontos: acima de 2 e até 3 anos de experiência	35
TOTAL DE PONTOS				80

9.2 Entrevista (Pontuação Máxima – 20 pontos)

CARACTERIZAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Apresenta cordialidade, polidez, atenção e objetividade.	Até 05 pontos
Expressa-se bem, possuindo boa fluência verbal, clareza na exposição de assuntos/argumentos e capacidade de raciocínio.	Até 05 pontos
Domina os assuntos relativos ao objeto da contratação prevista no TR.	Até 10 pontos

10. VALOR GLOBAL

10.1 Valor Global R\$ 1.600.386,00 (R\$ 69.582,00 por consultor)

11. LOCAL DE ENTREGA/REALIZAÇÃO:

11.1 Local de entrega/realização: Brasília/DF;

12. PRAZO DE EXECUÇÃO:

12.1 Prazo: 8 meses.

13. NÚMERO DE VAGAS:

13.1 Número de vagas: 23 vagas.

14. RECURSOS E QUESTIONAMENTOS

Eventuais questionamentos ou recursos aos resultados deverão ser encaminhados ao e-mail ccopi@fnde.gov.br, observando-se, por analogia, os prazos previstos na Lei nº 9.784 de 1999:

- O recurso administrativo ou questionamento deverá ser interposto em até 10 (dez) dias, a contar do dia seguinte do ato questionado;

- A Comissão de Seleção, o Coordenador Executivo do projeto e o Diretor Nacional do Projeto decidirão, em primeira, segunda e terceira instância, respectivamente, sobre o recurso ou questionamento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do seu recebimento.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional, ressalvados os casos de professores universitários que, na forma da LDO, se encontrem submetidos a regime de trabalho que comporte o exercício de outra atividade e haja declaração do chefe imediato e do dirigente máximo do órgão de origem da inexistência de incompatibilidade de horários e de comprometimento das atividades atribuídas.

Em conformidade com a Portaria conjunta CAPES/CNPq nº 1, de 15 de julho de 2010, o bolsista de instituição federal (CNPQ e CAPES) pode exercer função de consultoria em projetos de cooperação técnica internacional, desde que relacionada à sua área de atuação e de interesse para sua formação acadêmica, científica e tecnológica, sendo necessária a autorização do orientador, devidamente informada à coordenação do curso ou programa de pós-graduação em que estiver matriculado e registrado no Cadastro Discente da CAPES. A contratação do selecionado observará as exigências das regras da OEI, bem como da Lei nº 12.813/2013 sobre conflito de interesse.

Visando garantir os objetivos da presente seleção, ela poderá ser suspensa ou cancelada por decisão da Comissão ou da área demandante, por meio de solicitação à Coordenação Executiva do Projeto.

As demais orientações referentes à contratação por meio de consultoria estão dispostas na Portaria nº 8, de 4 de janeiro de 2017 do MRE e o Decreto 5151, de 22 de julho de 2004.